

Justiça e liberdade: uma poética de resistência em Sophia de Mello Breyner Andresen

*Justice and freedom: a poetics of resistance
in Sophia de Mello Breyner Andresen*

Maria Ottilia Rodrigues Cruz
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
m.ottilia@edu.pucrs.br
<https://orcid.org/0009-0008-5269-0900>

Maria Eduarda Freitas Moraes
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)
mariaefmoraes@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-2625-7934>

RESUMO

Este estudo analisa a dimensão social da lírica na obra de Sophia de Mello Breyner Andresen, fundamentando-se na Teoria Estética de Theodor W. Adorno. Busca-se compreender como a poesia articula-se como gesto de resistência à alienação social. Para atingir o objetivo, propomos uma análise do poema “25 de Abril”, escrito no contexto da Revolução dos Cravos (1974). Observamos que a lírica andreseniana condensa a experiência histórica da transição da ditadura salazarista para a democracia. A poesia de Andresen configura-se como um ato ético e estético, aludindo à justiça e à liberdade por meio da palavra. Concluimos que a poesia, ao articular o singular e o universal, opõe-se à opressão social, constituindo-se como um discurso de resistência.

Palavras-chave: lírica; Sophia de Mello Breyner Andresen; Theodor Adorno; resistência.

ABSTRACT

This study examines the social dimension of lyric poetry in the work of Sophia de Mello Breyner Andresen, grounding its approach in Theodor W. Adorno’s Aesthetic Theory. It seeks to understand how poetry functions as a gesture of resistance to social alienation. In order to reach this objective, we propose an analysis of the poem “25 de Abril”, written in the context of the Carnation Revolution (1974). We observe that Andresen’s lyric condenses the historical experience of the transition from Salazar’s dictatorship to democracy. Andresen’s poetry thus takes shape as both an ethical and aesthetic act, alluding to justice and liberty through language. We conclude that poetry, by interweaving

the singular and the universal, opposes social oppression and constitutes a discourse of resistance.

Keywords: lyric poetry; Sophia de Mello Breyner Andresen; Theodor Adorno; resistance.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre lírica e sociedade, com enfoque na obra de Sophia de Mello Breyner Andresen e nos fundamentos da Teoria Estética de Theodor W. Adorno. Ginzburg (2002, p. 65), em seu artigo “Theodor Adorno e a poesia em tempos sombrios”, explica que nas concepções de Adorno “ao abordar uma individualidade, um poema é capaz de apontar elementos referentes a uma coletividade”. Compartilhando dessa leitura, propomos investigar como a lírica andreseniana parte do singular, o sujeito lírico, e atinge uma dimensão social produzindo um discurso poético de resistência à alienação social.

A relevância deste estudo reside na necessidade de repensar a lírica como forma de expressão que, embora também fundada na solidão do sujeito poético (Staiger, 1975), está intrinsecamente atravessada pelo social, já que a poesia tem um grande elo com a sociedade: a linguagem. Como defende Adorno, “a idiosincrasia do espírito lírico frente à prepotência das coisas constitui uma forma de reação à coisificação do mundo, à dominância das mercadorias sobre os homens” (1975, p. 203). Nesse sentido, o poema também se torna um gesto de protesto, uma imagem estética de um mundo possível, em que a realidade social, opressiva e reificada, é transfigurada pela forma artística.

Nossa hipótese é de que Sophia de Mello Breyner Andresen compreende a poesia como um espaço de afirmação da verdade, da liberdade e da justiça. Sua lírica nasce de uma profunda fidelidade ao real, não como cópia ou descrição, mas como tentativa de revelar uma essência ética do mundo. Por meio de uma linguagem depurada, entendemos que a poeta constrói um universo em que o sujeito lírico se relaciona com as coisas de modo justo em harmonia. Essa relação não se restringe ao íntimo; ao contrário, projeta-se para uma dimensão mais ampla, sugerindo uma conexão entre a experiência individual e a coletividade. Sua poesia, então, propõe uma transformação da realidade pela palavra, recusando o silenciamento e apontando caminhos de resistência simbólica diante da

opressão, da violência e da fragmentação do humano. Nessa perspectiva, a escrita não se apresenta como refúgio, mas como forma ativa de posicionamento no mundo.

Partindo dessa hipótese, nosso estudo visa articular a poética e a política na obra de Andresen, analisando a presença do social na lírica como um elemento constitutivo. O texto está dividido em três momentos: (1) apresentação da teoria sobre a lírica em Adorno; (2) apresentação de aspectos da poética e da resistência em Sophia de Mello Breyner Andresen; e, por fim, (3) análise do poema “25 de Abril”. Na última etapa, a concepção formal do poema também será investigada com base na proposta de Emil Staiger, que valoriza a unidade entre o som e o sentido. A atenção à musicalidade, à condensação sintática e à ambiguidade expressiva é fundamental para compreender como o poema produz sentido político e ético. Ao cortar o ritmo e suprimir conjunções, Andresen alcança, por meio da forma, aquilo que Adorno chama de expressão involuntária da totalidade: “a relação do sujeito poético, que sempre representa um sujeito coletivo, mais universal, com a realidade social que lhe é antiética” (Adorno, 1975, p. 209). Com esse percurso, pretendemos demonstrar que, tanto para Adorno quanto para Sophia, a poesia se configura como um ato de resistência, como linguagem que se opõe à lógica instrumental da modernidade e favorece a emergência de novas formas de relação com o mundo.

A DIMENSÃO SOCIAL DA LÍRICA SEGUNDO ADORNO

Percebe-se, a partir da leitura do texto *Conferência sobre lírica e sociedade* (1975), de Adorno, que o poema lírico emerge de um desassossego do indivíduo diante da sociedade. Essa inquietação, embora subjetiva, não se limita ao individualismo do poeta, pois ele realiza uma atividade crítica não apenas sobre si mesmo, mas também sobre a cultura da qual é parte integrante. Nesse sentido, a lírica adquire um caráter dialético, em que o movimento entre subjetividade e objetividade permite que uma experiência individual revele, de modo involuntário, uma condição universal. Adorno (1975, p. 202) afirma que “de uma individuação sem reservas, a formação lírica espera o universal”; ou seja, a lírica nasce da interioridade do poeta, mas, ao elaborar sua experiência singular, projeta uma condição que ultrapassa o individual e se inscreve no universal. Ainda para Adorno (1975, p. 202), a “universalidade do conteúdo lírico,

entretanto, é essencialmente social”. Isso significa que, ao refletir uma condição universal das problemáticas da sociedade em que se insere, a poesia é social. No entanto, tal dimensão social não se manifesta sob uma perspectiva sociológica explícita, mas sim enquanto elemento interno à própria forma do poema. Dessa forma, Adorno afasta a compreensão da lírica como simples expressão de uma subjetividade unitária (Ginzburg, 2002), propondo, em seu lugar, uma articulação entre experiência singular e estrutura social.

A sociedade, para Adorno (1975), é apresentada por meio da figura do sujeito lírico. Como afirmado por ele (1975, p. 209), “não se trata da pessoa particular do poeta, de sua psicologia, de seu chamado ponto de vista social, mas justamente do poema como relógio-solar histórico-filosófico”. O sujeito lírico funciona como um mediador simbólico da experiência histórica e coletiva e, a partir da sua individuação, o poema torna visível a totalidade social, ainda que de maneira indireta. Isso é possível porque a obra de arte, ao possuir uma determinada forma estética, adquire o potencial de expressar o universal, porém, não como representação direta da realidade, mas como condensação da experiência humana. Como afirma Adorno (1975, p. 201), “não que o expresso pelo poema lírico precisaria de imediato ser o vivenciado por todos”. Em outras palavras, o poema expressa a totalidade a partir da individuação do sujeito lírico, não a individuação de um sujeito fragmentado do contexto social.

Outro aspecto central diz respeito à forma como o social se manifesta nos poemas. Para Adorno, essa presença do social na lírica não se dá por imposição externa, mas de forma espontânea. Como ele declara, “não se pretende deduzir a lírica a partir da sociedade; seu conteúdo social é precisamente o espontâneo” (Adorno, 1975, p. 205). O conteúdo social não é, portanto, inserido de fora para dentro, mas constitui-se de modo imanente à estrutura da obra. Para reafirmar essa tese, Adorno destaca o papel central da linguagem. Sendo um código socialmente partilhado, o uso da linguagem na poesia já implica, por si só, a inserção do social no poema. A linguagem não é neutra: carrega consigo valores, ideologias, formas de pensar e perceber o mundo. Sendo assim, ainda que o poema não comunique diretamente uma mensagem, ele já está socialmente comprometido por meio do uso que faz da linguagem. Nas palavras de Adorno (1975, p. 203), “[p]or isto a lírica se mostra comprometida socialmente de modo profundo justamente onde não se manifesta em tudo conforme a sociedade, onde nada comunica,

mas onde o sujeito, vem sucedido em sua expressão, se situa em igualdade com a própria linguagem, com o que constitui a aspiração desta”. Com isso, percebemos que, mesmo quando a lírica parece não comunicar, esse silêncio é uma escolha estética significativa. O sujeito lírico domina o código da linguagem e, ao não explicitar, opta por sugerir, silenciar ou fragmentar. Essa operação estética é um gesto crítico. Queiroz (2012, p. 32) observa que, pelo fato de o instrumento fundamental da poesia ser a linguagem, isso “faz com que o poema tenha reflexos sociais, já que a própria língua é um instrumento de socialização e, portanto, tem implicações morais, políticas e sociais”.

O sujeito, ao escrever, transforma seus ideais em linguagem e, ao fazer isso, rompe com a abstração e dá forma a uma matéria simbólica. Como afirma Adorno (1975, p. 202), “uma tal determinação do pensamento não constitui uma reflexão exterior e estranha à arte, mas é exigida por toda formação da linguagem”. Assim, ao configurar um poema, o sujeito inevitavelmente expressa, mesmo que involuntariamente, os símbolos, as contradições e os impasses da sociedade que o constitui.

Nesse processo, a lírica desempenha um papel de oposição à reificação e à alienação social. Como ressalta Queiroz (2012, p. 35), “a lírica fala principalmente da sociedade em que ela se exprime. Não supera a barbárie e a reificação da sociedade, mas a denuncia e se opõe a ela”. Para tanto, utiliza a mesma linguagem cotidiana que por vezes é degradada pelo comércio (Adorno, 1975), de modo subversivo, fugindo das convenções cristalizadas e das metáforas esvaziadas de sentido. Adorno enfatiza que a lírica transforma a linguagem de tal modo que a resgata de seu estado reificado. Ao modificar a linguagem, o poema resiste à dominação, à alienação e à mercantilização da vida. Para ele, “as mais altas formações líricas, portanto, são aquelas em que o sujeito, sem resto de matéria pura, soa na linguagem, até que a própria linguagem se faça ouvir” (Adorno, 1975, p. 206).

Dessa maneira, compreende-se que a obra lírica moderna responde ao mundo hostil não apenas pelo conteúdo explícito, mas também por meio do silêncio, da sugestão e da subversão formal. Às vezes, a crítica social se dá no não dito, ou no modo como se diz, contrariando a lógica coisificada da linguagem. Ginzburg (2002, p. 68) observa que a concepção de lírica em Adorno é “fundamentada sociologicamente como um problema histórico, focalizado como crítica da reificação e da opressão, [o que] permite examinar poemas líricos como obras dotadas de importante impacto político”. Diante disso, a teoria

de Adorno serve de base para a análise da lírica andreseniana na qual o posicionamento político e poético da autora se manifesta tanto nos conteúdos quanto nas escolhas formais, por meio do silêncio e da sugestão, como resposta crítica ao contexto da ditadura salazarista.

A POÉTICA DA JUSTIÇA E DA LIBERDADE EM SOPHIA DE MELLO BREYNER ANDRESEN

Sophia de Mello Breyner Andresen é uma das figuras mais significativas da lírica portuguesa do século XX. Com um modo singular de entender o fazer poético, compreende a poesia como uma realidade que existe por si mesma, independente do ser humano. Em *Poesia e Realidade*, a autora expressa essa visão ao afirmar que a poesia está “onde ninguém a vê e onde ninguém a conhece” (1960, p. 53). Para Andresen, o poeta não cria a poesia, mas a revela por meio da palavra, pois a poesia, cuja existência é autônoma e universal, carrega em si a verdade. Seus poemas configuram releituras do real e sua escrita, influenciada pela tradição greco-romana, manifesta a busca pela ordem e pela verdade, articulando simbolicamente os conceitos de justiça, liberdade, harmonia e desalienação.

A atuação de Andresen, no entanto, não se limita ao campo estético. A poeta assumiu um papel ativo de oposição à ditadura de Salazar, tendo inclusive exercido o cargo de deputada entre os anos de 1975 e 1976, período em que se posicionou firmemente contra o regime autoritário português (Simioni; Camargo, 2022, p. 552). Sua voz poética, fortemente ligada a princípios éticos e morais, começa a se delinear ainda durante o regime, com a publicação de seu primeiro livro em 1944. Essa ligação entre ética e estética pode ser observada no ensaio *Poesia e Revolução* (1977), no qual a autora sustenta a tese que a verdadeira transformação começa com a palavra. A revolução, portanto, não se limita às temáticas abordadas, mas reside no próprio ofício do poeta, na responsabilidade que este assume diante do mundo. Tal compreensão aproxima-se da perspectiva adorniana, segundo a qual o conteúdo social da lírica não depende da intencionalidade do autor, mas está inscrito na linguagem e na estrutura do texto.

Desse modo, a poesia em Andresen se configura como um ato essencialmente revolucionário, ao conjugar de forma inseparável o gesto poético e o posicionamento

político. Contrária à censura, à opressão e à supressão das liberdades impostas pelo regime salazarista, a autora constrói sua obra como forma de resistência simbólica. Sua concepção do poeta como aquele que revela a verdade do mundo confere à poesia um papel ético, mesmo quando a denúncia se dá por meio da sugestão, do silêncio ou da contenção formal. A palavra poética, nesse contexto, torna-se um instrumento de libertação e desalienação.

Ainda em *Poesia e Revolução*, apresentado inicialmente em 1975 durante sua posse na Associação Portuguesa dos Escritores e publicado posteriormente em *O Nome das Coisas* (1977), Andresen destaca conceitos centrais na sua obra, como justiça e liberdade. Ao declarar que “a poesia é, por sua natureza, desalienação, princípio de desalienação, desalienação primordial. Liberdade primordial, justiça primordial” (Andresen, 1977, p. 77), a autora define a poesia como expressão de um princípio ético originário. Justiça e liberdade formam, para ela, uma unidade indissociável, capaz de restituir ao poeta sua liberdade e, simultaneamente, libertar aquele que lê. Como destaca Gusmão (2005), é esse gesto de doação da palavra, fundada em um mundo justo, que distingue o verdadeiro poeta do demagogo, reafirmando o papel desalienador da poesia.

A oposição à alienação constitui, assim, o eixo fundamental da poética de Andresen. Ao assumir como missão a desalienação do outro por meio da linguagem, a poeta posiciona-se eticamente frente ao mundo. Tal vocação social é expressa por meio de seu ideal de justiça, associado a princípios como harmonia, simplicidade e pureza, herdados do imaginário clássico. Para Andresen, a justiça se configura como um estado de equilíbrio entre o ser humano e as coisas, entendidas como o conjunto da realidade. Como sintetiza Nahas (2015, p. 53), “o sentido de justiça do qual fala Sophia Andresen é parte de uma relação de equilíbrio – e, por isso, justa – entre as coisas no mundo”.

Outro conceito fundamental para se compreender a dimensão ética de sua poética é a liberdade. No ensaio “Sophia e Pascoaes: Um encontro na paisagem” (2019), Bertolazzi observa que o poeta, ao estabelecer uma relação justa com as coisas, é liberto. A poesia é revolucionária pois permite ao poeta dizer a verdade que vê no mundo, e essa verdade só é dita pois a poesia dá liberdade ao poeta de se aproximar à realidade, às coisas.

Assim como em Adorno, a poesia em Sophia de Mello Breyner Andresen constitui uma resposta à alienação. Sua concepção do fazer poético como gesto de escuta,

elaborado no silêncio e na solidão, é apresentada no documentário *O Nome das Coisas* (2013), no qual a poeta afirma encontrar poesia no silêncio dos jardins. A partir dessa escuta silenciosa, o sujeito lírico escuta a verdade das coisas e escreve. O poema, então, volta-se para o coletivo, instaurando uma possibilidade de desalienação compartilhada por meio da linguagem. Trata-se de uma experiência que, ao mesmo tempo, parte da subjetividade e se volta ao coletivo, construindo, como em Adorno, um caminho entre o individual e o universal.

A partir das reflexões apresentadas, torna-se possível compreender que a poesia de Sophia de Mello Breyner Andresen se constrói como um gesto ético e estético de resistência à alienação, fundamentado nos ideais de justiça, liberdade e verdade. Sua lírica não apenas expressa uma visão de mundo fundada na harmonia entre sujeito e realidade, como também atua como instrumento de desalienação. Essa dimensão será aprofundada na próxima seção, por meio da leitura do poema “25 de Abril”, em que se manifesta a articulação entre poética e política, subjetividade e coletividade. A análise terá como base as categorias formais propostas por Emil Staiger e os pressupostos de Adorno, permitindo compreender de que modo a linguagem poética, mesmo quando contida, se inscreve como forma de resistência.

UMA LEITURA DE “25 DE ABRIL”

Um dos mais famosos poemas de Sophia de Mello Breyner Andresen, intitulado “25 de Abril”, foi escrito no contexto da Revolução dos Cravos e simboliza o fim da ditadura salazarista e a transição para a democracia em Portugal. A ditadura de Salazar, formalmente conhecida como Estado Novo e instaurada em 1933, caracterizou-se por ser um regime autoritário, conservador e corporativista, sustentado por princípios como “Deus, Pátria e Família”. Marcado pela censura, repressão política e exaltação de valores tradicionalistas, esse regime perdurou até 1974, quando foi derrubado pela Revolução dos Cravos, restabelecendo a liberdade política no país. Tratava-se de uma ditadura que combinava uma economia controlada, repressão política e valores tradicionalistas.

25 de abril

Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo

Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo (Andresen, 1977, p. 28).

O poema apresenta-se como um exemplo da capacidade da lírica de condensar, em poucas palavras, uma experiência histórica coletiva de grande impacto em uma nação. Conforme afirma Staiger (1975, p. 7), “o valor dos versos líricos é justamente essa unidade entre a significação das palavras e sua música”. Essa concepção permite reconhecer que, mesmo em versos livres e sem métrica fixa, há no poema um ritmo interno e uma sonoridade que estruturam o sentido. A musicalidade é obtida não apenas pela distribuição silábica, que não ultrapassa 13 sílabas poéticas por verso, mas também pela repetição vocálica (assonância) das vogais /e/, /i/ e /o/, o que cria uma harmonia sonora que reforça a ideia de continuidade, fluidez e equilíbrio, aspectos coerentes com a visão de poesia da autora.

Es\ta é\ a\ ma\dru\ga\da\ que eu es\pe\ra\va – 10 sílabas poéticas

O\ di\ a\ i\ni\ci\al\ in\tei\ro e \lim\po – 10 sílabas poéticas

On\de e\mer\gi\mos\ da\ noi\te e \do\ si\lên\cio – 11 sílabas poéticas

E\ li\vres\ ha\bi\ta\mos\ a\ subs\ tân\ci\ a do\ tem\po – 13 sílabas poéticas

Pela predominância das vogais /e/, /i/ e /o/, nota-se que elas ajudam a estabelecer um ritmo suave e contínuo ao poema. A vogal /e/, de articulação semifechada, aparece quatorze vezes; o /i/, fechada, também é repetido catorze vezes; já a vogal /o/, semifechada, ocorre em onze ocasiões. Embora a vogal /a/ seja a mais frequente numericamente, com quinze repetições, são as vogais semifechadas e fechadas que contribuem de maneira mais significativa para a construção de uma musicalidade equilibrada e fluida.

Além das assonâncias, notamos também a presença de aliterações que contribuem para a musicalidade e coesão sonora do texto. Destacamos as consoantes linguodentais /t/ (surda) e /d/ (sonora), que ocorrem onze vezes ao longo do poema, criando uma cadência marcada. Soma-se a isso a repetição das oclusivas nasais /n/ e /m/, registradas dez vezes, o que reforça a sensação de continuidade e densidade rítmica. A combinação entre assonância e aliteração resulta em um fluxo sonoro que guia a leitura de forma natural e

coerente com o sentido do poema, integrando som e significado em uma unidade expressiva, conforme os princípios defendidos por Staiger.

O poema “25 de Abril” é composto por um único quarteto, o que evidencia seu caráter altamente sintético e concentrado. Trata-se de uma composição breve em extensão, mas densa em significado, na qual cada palavra desempenha uma função estrutural e expressiva essencial. Não há excesso ou redundância; ao contrário, o valor da obra reside justamente em sua precisão. Essa condensação formal reforça a ideia central de Staiger (1975) que, em um poema, cada sílaba é imprescindível e nenhuma palavra pode ser substituída sem prejuízo ao conjunto. Assim, a forma compacta do poema não limita seu alcance, mas sim amplia sua força evocativa e transforma-o em um gesto estético pleno de significação.

Analisando a parte semântica, notamos que, no primeiro verso, *Esta é a madrugada que eu esperava*, o pronome demonstrativo *esta* demarca de forma precisa o momento celebrado: o 25 de abril de 1974. Trata-se de uma madrugada específica, esperada por anos de silêncio e censura. O eu lírico, ao declarar essa espera, inscreve-se em uma trajetória de resistência e expectativa coletiva por um país livre. A partir do verbo *esperar*, conjugado no pretérito imperfeito do indicativo, percebemos que é um verso que demonstra uma esperança que foi concretizada. Neste verso, assim como os subsequentes dos poemas, diversas palavras carregam uma carga metafórica.

Além disso, observamos o uso do pronome pessoal *eu*, que, embora remeta à individuação do sujeito lírico, ultrapassa o plano estritamente pessoal. A experiência que o poema expressa, ainda que marcada por uma voz individual, representa a vivência coletiva de um povo que enfrentou a repressão da ditadura. Nesse sentido, a individuação não se configura como isolamento, mas como ponto de partida para a universalização da experiência, conferindo à lírica um caráter social. O eu-poético, ao falar de si, fala por toda uma nação, reafirmando a poesia como forma de expressão do coletivo.

Em continuidade, o segundo verso, *O dia inicial inteiro e limpo*, marca o início de uma nova era, simbolizada pelo *dia* democrático que sucede a *madrugada* revolucionária. Os adjetivos *inteiro* e *limpo* revelam a noção de pureza que é recorrente na obra de Andresen, remetendo também a uma ruptura com o passado autoritário, enquanto a ideia de plenitude aponta para a restauração de uma ordem justa e verdadeira, em consonância com os valores éticos presentes na poética de Andresen.

O terceiro verso, *Onde emergimos da noite e do silêncio*, desloca o foco da experiência individual para o coletivo. O uso do verbo *emergimos*, na primeira pessoa do plural, expressa a voz do povo português. A *noite* simboliza os anos da ditadura, associados à escuridão e à repressão, enquanto o *silêncio* remete à censura e à ausência de liberdade de expressão. A imagem da emergência, nesse contexto, representa o renascimento da voz coletiva, o retorno da cidadania.

O verso final do poema, *e livres habitamos a substância do tempo*, revela uma densidade simbólica que transcende o contexto histórico imediato da Revolução dos Cravos. A formulação enigmática dessa imagem permite estabelecer uma aproximação intertextual com a peça *A Tempestade*, de William Shakespeare, particularmente na fala do personagem Próspero, no Ato IV, Cena I. Nessa passagem, o mundo é comparado a uma peça de teatro, cujos elementos – atores, cenários, palavras – são feitos da mesma matéria dos sonhos e estão destinados a desaparecer com o tempo. A frase “we are the stuff dreams are made on” é traduzida como “nós somos da matéria de que são feitos os sonhos” (Shakespeare, 2022, p. 185), ou ainda podendo ser traduzida como “nós somos a substância de que são feitos os sonhos”. Tanto em Shakespeare quanto em Andresen, a noção de “substância” não é definida de forma objetiva, permanecendo como uma abstração poética. Essa ambiguidade permite que o tempo seja compreendido não como uma sucessão cronológica de eventos, mas como matéria simbólica e existencial, efêmera e essencial à condição humana.

Nesse sentido, o verso de Andresen não apenas encerra o poema, mas sintetiza sua dimensão ética e estética. A liberdade evocada não se restringe ao campo político ou histórico, mas assume um caráter ontológico e poético. Para a autora, habitar o tempo significa tomar parte ativa na construção do mundo, recusando a alienação e afirmando-se como sujeito de linguagem. A liberdade se manifesta na capacidade de transformar a experiência vivida em palavra e de atribuir sentido à realidade.

Outro ponto destacável do poema é o uso de campos semânticos opostos. Palavras como *noite*, *madrugada*, *silêncio* e *dia* operam como pares contrastantes que simbolizam a transição entre dois tempos históricos: o da repressão e o da liberdade. A *noite* representa o período ditatorial, marcado pela censura e pela supressão da voz coletiva, enquanto a *madrugada* aponta para o surgimento de um novo horizonte democrático. Do mesmo modo, *silêncio* e *dia* opõem-se como expressões de dois regimes de linguagem: o da

mudez imposta e o da expressão reconquistada. Esses contrastes estruturam poeticamente o conteúdo político do poema, sem recorrer à explicação propagandista.

Apesar de tratar de uma temática histórica, o poema de Andresen se distancia de qualquer formulação panfletária. O engajamento emerge a partir da própria linguagem, que se estrutura de maneira sintética, metafórica e sutil. Tal concepção se articula com a reflexão de Klauck (2009): a autora percebe que, para Staiger, o poeta faz uso do que viveu na criação, mas apenas quando se desprende daquilo. O poeta deve estar distante do real para poder falar dele. A lírica não tem espaço físico, nem cronológico, mas sim uma abstração. Assim, a voz poética que fala em “25 de Abril” não é a figura pública de Sophia deputada, mas a poeta que, ao se distanciar criticamente da experiência vivida, consegue elaborá-la de forma universal, transformando um evento histórico em experiência estética compartilhável.

Essa capacidade de suspensão do tempo empírico, típica da lírica, é também ressaltada por Staiger (1975) pois ele afirma que a poética lírica não torna presente algo passado, nem também o que acontece agora. Ambos são igualmente próximos, mais que qualquer presente. Essa formulação permite compreender que, no poema de Andresen, o passado da ditadura e o presente da liberdade não estão em oposição linear, mas se fundem em uma temporalidade simbólica. O poema não se limita a narrar a revolução; ao condensar essa experiência na linguagem, a poeta transforma o acontecimento histórico em matéria lírica, operando a transição entre o vivido e o universal, entre a memória e a liberdade poética.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo analisar a dimensão social da lírica de Sophia de Mello Breyner Andresen com base na teoria estética de Adorno, buscando compreender como a poesia, tradicionalmente associada à subjetividade e à interioridade, pode também constituir-se como forma de resistência ética, política e estética. De modo específico, procurou-se investigar de que maneira a linguagem poética assume um caráter crítico e desalienador, a partir da individuação do sujeito lírico, bem como interpretar o poema “25 de Abril” sob os aspectos formais de Emil Staiger e dos conceitos adornianos de universalidade, linguagem e protesto.

Observa-se que, tanto em Adorno quanto em Andresen, o gênero lírico é entendido como um espaço privilegiado de denúncia simbólica e de resistência à alienação. Como afirma Adorno (1975, p. 203), “a exigência à lírica, a da palavra virginal, em si mesma, já é social. Ela envolve o protesto contra uma situação social, experimentada por cada um em particular”. A lírica ultrapassa o plano da subjetividade ao instaurar, por meio da linguagem, uma expressão do coletivo. Essa articulação entre o particular e o universal foi verificada na análise do poema “25 de Abril”, que manifesta a passagem da opressão à justiça e liberdade.

A análise demonstrou que o poema condensa em sua forma breve uma experiência histórica intensa, valendo-se de recursos como assonâncias, aliterações, ritmo, campos semânticos opostos e densidade simbólica. Ao se distanciar da linguagem ordinária e reificada, conforme criticada por Adorno, a poesia de Sophia realiza um gesto de reumanização. O poema não apenas representa um acontecimento, ele o reconfigura poeticamente.

Concluimos que tanto a concepção estética de Adorno quanto a poética de Andresen rejeitam a linguagem empobrecida e instrumental do mundo administrado, fazendo da palavra poética uma ferramenta de liberdade e, mais especificamente em Andresen, de mundo justo. A lírica, nesse contexto, constitui um espaço de ruptura com a coisificação dominante, convocando o sujeito à justiça, à inteireza e à reconquista do sensível. Assim, o poema analisado exemplifica como a individuação do sujeito lírico pode tornar-se ponte para o universal e como a poesia pode operar, mesmo na contenção, como forma de resistência radical à barbárie.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor. Conferência sobre lírica e sociedade. *In: Os pensadores*. Textos escolhidos. Seleção de Zeljko e Olívia B. Fiori. São Paulo: Abril Cultural, 1975. v. XLVIII. p. 201-214.

ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. 25 de Abril. *In: ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. O nome das coisas*. Lisboa: Moraes Editores, 1977. p. 28.

ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. Poesia e Revolução. *In: ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. O nome das coisas*. Lisboa: Moraes Editores, 1977. p. 77-80.

ANDRESEN, Sophia de Mello Breyner. *Poesia e Realidade*. 1960. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7962231/mod_resource/content/1/Poesia%20e%20Realidade.pdf. Acesso em: 06 nov. 2024.

BERTOLAZZI, Federico. *Almadilha: ensaios sobre Sophia de Mello Breyner Andresen*. 1. ed. Lisboa: Documenta, 2019.

GUSMÃO, Manuel. Da evidência poética: justeza e justiça na poesia de Sophia. In: FLUP Conselho Directivo da; FLUP, Conselho Científico da (Org.). *Estudos em homenagem a Sophia de Mello Breyner Andresen*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. p. 37-48.

GINZBURG, Jaime. Theodor Adorno e a poesia em tempos sombrios. *Aleá: Estudos Neolatinos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 105-121, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/alea/a/xB4J4zxgpg6qGxMXD9GN9kw/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

KLAUCK, Ana Paula. Reflexões sobre o estilo lírico: uma análise de poema na perspectiva de Emil Staiger. *Revista Eletrônica de Crítica e Teoria de Literaturas*, Porto Alegre, v. 5, n. 1, 2009.

NAHAS, Nathália Macri. *Grades: uma leitura do projeto po-ético de Sophia de Mello Breyner Andresen*. 2015. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015. Acesso em: 02 nov. 2024.

PANAVIDEO. Documentário *Sophia de Mello Breyner Andresen – O nome das coisas*. 2013. 1 vídeo (58 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s0MhPfk1OjY>. Acesso em: 06 nov. 2024.

QUEIROZ, Thiago Bittencourt de. A lírica como crítica à desumanização em Theodor Adorno. *Revista Eletrônica Literatura e Autoritarismo*, Santa Maria, n. 12, p. 27-37, 2012. Disponível em: <http://w3.ufsm.br/grpesqla/revista/dossie12/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

SHAKESPEARE, William. *A tempestade*. Tradução de José Francisco Botelho. São Paulo: Penguin-Companhia, 2022.

SIMIONI, Gisele Fernanda Fila; CAMARGO, Luiz Rogério. Aspectos do pensamento social e a construção do eu político de Sophia de Mello Breyner Andresen. *Caderno PAIC*, v. 23, n. 1, p. 551-570, 2022. Disponível em: <https://cadernopaic.fae.edu/cadernopaic/article/view/511/465>. Acesso em: 06 nov. 2024.

STAIGER, Emil. O estilo lírico: a recordação. In: STAIGER, Emil. *Conceitos fundamentais da poética*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975. p. 19-75.

Recebido em: 29/07/2025

Aceito em: 22/05/2026

Maria Ottilia Rodrigues Cruz: professora da Educação básica e escritora. Mestranda em Teoria da Literatura no Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, com bolsa CAPES.

Maria Eduarda Freitas Moraes: doutoranda em Linguística no Programa de Pós-Graduação em Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), com bolsa CNPq. Membro do Grupo Discursos em Diálogo (PUCRS/CNPq). Psicóloga pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, 2015) e Mestra em Psicologia, com ênfase em Psicologia da Saúde, pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSM, com bolsa CAPES e mobilidade acadêmica na Universidad Nacional de Cuyo (2017). Especialista em Psicologia Hospitalar pelo Conselho Federal de Psicologia (2022) e em Psicanálise e Contemporaneidade pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2023).